

ALFABETIZAR LETRANDO: UM DESAFIO

Nilcéa LemosPelandr , DRa.

Departamento de Metodologia de Ensino - MEN

Programa de Pós-Gradua o em Educa o - CED

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

E-mail: nilcea@ced.ufsc.br

Resumo: Alfabetizar e letrar   o desafio que se impõe   escola nos dias de hoje. Mais do que ensinar os alfabetizandos a decodificar e a codificar o sistema ling stico,   necessário que se lhes oportunizem experiências com diferentes g neros discursivos e lhes propiciem o domínio da variedade ling stica que se quer que aprendam.   preciso ensinar a língua em toda a sua variedade de usos, partindo dos conhecimentos internalizados dos falantes para que conscientes de sua identidade ling stica se disponham a observar e conhecer aquelas variedades que não dominam. Ao professor compete a compreensão do processo de alfabetiza o e a consciência da importância de ser mediador entre os conhecimentos de mundo de que dispõem os que estão se alfabetizando e aqueles conhecimentos que se fazem necessários para a inser o no universo da língua escrita, de modo que níveis crescentes de letramento possam ser alcançados visando   conquista da cidadania.

Palavras-chave: Alfabetiza o, Letramento, Ensino da língua.

1. INTRODU O

O processo de alfabetiza o tem de ser um processo de inclusão de toda a pessoa que chega   escola no universo da língua escrita. Decorre, então, que o ensinar a ler e a escrever necessariamente levará em conta o que os educandos têm a dizer e os motivos que os levam a estabelecer intera oes na escola e fora dela, ampliando suas experiências pessoais, redimensionando-as nos diferentes momentos e espaços de interlocu o, para se constituírem sujeitos co-autores de sua história de vida. Mais que conhecer um determinado método, o professor precisa conhecer e conceber formas de alfabetiza o que lhe propiciem fazer a media o entre os conhecimentos de mundo daqueles que estão se alfabetizando e as diferentes modalidades de linguagem escrita com as quais irá trabalhar, assumindo-se interlocutor nesse processo, catalisando e articulando os diferentes

dizeres dos aprendizes, estabelecendo uma relação pedagógica marcada pelo movimento interdiscursivo, intertextual, dialógico que oportunizará, aos alunos, a ocupação de diferentes papéis sociais (leitores, escritores, narradores, protagonistas, autores).

O ideal é que possamos alfabetizar letrando, diz Soares (1998:47). Isto quer dizer: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de forma que os aprendizes se tornem, ao mesmo tempo, alfabetizados e letrados.

Mas o que é alfabetizar e o que é letrar?

Vamos recorrer a Soares (1998), mais uma vez, para deixar claros esses conceitos que, uma vez por nós compreendidos, muito poderão nos ajudar em nossa prática de sala de aula.

Alfabetizar é tornar a pessoa capaz de ler e escrever. É ensinar-lhe uma tecnologia, a da leitura e escrita, ou seja, a decodificar e a codificar a língua escrita. Letrar é tornar alguém letrado. Ser letrado é viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, é apropriar-se da linguagem escrita, é saber usá-la de acordo com suas necessidades e interesses.

Como, então, alfabetizar e letrar? O que se faz necessário, ao professor, para ensinar a linguagem escrita e, ao mesmo tempo, letrar os seus alunos?

Começamos pelo ensinar a ler e escrever.

Falar de leitura e escrita requer, necessariamente, que se fale de linguagem. Não há aprendizado da leitura e da escrita sem que antes tenha havido a aquisição da linguagem falada, nos indivíduos normais. Embora a linguagem oral preceda a linguagem escrita, há uma forte relação entre elas e, ao mesmo tempo, grandes diferenças. Garton & Pratt (1989) apresentam as diferenças em três categorias: de forma, de função e de modo de apresentação.

Quanto às diferenças físicas de forma, segundo estes autores, a linguagem oral é efêmera, temporária e oral. É, portanto, um processo mais rápido e mais sociável. Já a linguagem escrita é durável, permanente, espacial e visual. Por ser um processo que demanda deliberação, torna-se mais lento, pois requer planejamento, seguido de edição durante e depois do produto final. Frequentemente é uma atividade solitária.

Quanto às diferenças de função, a primeira é mais coloquial na forma e no estilo, enquanto que a outra é mais formal, requerendo o uso correto da gramática, ou seja, das convenções ortográficas, sintáticas, semânticas e pragmáticas. Com relação à função, porém, tanto para a linguagem oral como para a escrita, os usos são determinados socialmente.

E, com relação ao modo de apresentação, as diferenças dizem respeito à coesão do discurso, a forma pela qual as idéias se interligam. Na linguagem oral, em que os interlocutores se fazem presentes, há a possibilidade do uso de recursos não lingüísticos (gestos, expressões faciais, referências contextuais) e paralingüísticos (entoação, pausas), enquanto que a linguagem escrita precisa ser auto-referenciada; os recursos paralingüísticos devem ser codificados (sinais de pontuação, letras maiúsculas etc), bem como o espaço e tempo, que são distintos

entre o momento da escrita e o da leitura pelos futuros interlocutores, têm que ser referenciados. A esse respeito, Scliar-Cabral (1995a : 33), assim se manifesta:

A cadeia escrita canônica de comunicação ocorre na ausência de um futuro leitor, enquanto o redator está produzindo sua mensagem. . . . os textos escritos precisam ser auto-referenciados, de modo a permitir a extração da informação exclusivamente do meio impresso; não existe a possibilidade de informação extra fornecida pelo redator, tais como retificações, expressão facial e corporal, apontar para os objetos (*demonstratio ad oculos* conforme menciona Bühler) ou quaisquer outras pistas entoacionais.

Além do conhecimento dessas diferenças, para se compreender o processo de aprendizagem da linguagem escrita, faz-se necessário estabelecer uma relação direta com a linguagem oral, cuja aquisição depende, apenas, da exposição do indivíduo a situações de interação social através do uso da língua, uma vez que todo o indivíduo normal é biopsicologicamente preparado para a aquisição da linguagem.

O aprendizado da linguagem escrita, por conseguinte, não acontece se não houver instrução específica sobre o que se quer ensinar, pois, para se chegar à compreensão do alfabeto enquanto sistema de representação mental e gráfica da língua, precisam ser desenvolvidas capacidades de análise e síntese dos componentes desse sistema alfabético.

2. COMPREENDENDO O PROCESSAMENTO DA LEITURA

Na leitura, o aluno tem de estabelecer a correspondência entre palavras escritas e palavras faladas e determinar o significado que elas comportam. Tem, portanto, de desenvolver habilidades de decodificação e, também, de construção e reconstrução de sentidos. Porém, a proficiência em leitura depende, ainda, de outras habilidades e conhecimentos, desenvolvidos em fase precedente e concomitante ao seu aprendizado: depende da ampliação do vocabulário, da familiaridade com diferentes tipos de conversação, de habilidades de compreensão oral e de consciência metalingüística e, sobretudo, do conhecimento das convenções de que faz uso o sistema ortográfico da língua portuguesa. O aprendiz deve ser capaz de perceber que a cadeia da fala se desmembra em itens lexicais que, por sua vez, desdobram-se em sílabas e, ao aprender o sistema alfabético, aprenderá a desmembrar as sílabas em unidades menores. Mesmo que se considere o conceito mais amplo de leitura - o da construção de sentido a partir de um texto escrito - a capacidade de decodificação é fundamental ao ato de ler, pois, sem ela, não é possível chegar à identificação da palavra como forma ortográfica significativa e, conseqüentemente, construir o sentido do que está impresso. Porém, é preciso enfatizar: essa capacidade, por si só, não supre as condições necessárias para que se tenha uma leitura proficiente, mesmo de palavras soltas. O processo de decodificação cumpre a função, apenas, de dar a arrancada para a leitura.

A leitura resulta, portanto, da interação de vários processamentos, da informação que vem da folha, dos conhecimentos lingüísticos, metalingüísticos, de conhecimento de mundo ou enciclopédicos que se vão entrelaçando. Quanto mais a pessoa lê, mais desenvolve sua competência como leitora.

3.COMPREENDENDO O PROCESSAMENTO DA ESCRITA

A leitura e a escrita, embora compartilhem os mesmos sistemas lingüísticos, apresentam diferenças substanciais com relação ao seu processamento.

Para aprender a ler, o alfabetizando tem de aprender a segmentar a cadeia da fala e a relacionar as unidades de que se compõe a sílaba aos grafemas representados pelas letras, distinguindo os traços que os opõem, para chegar ao reconhecimento da palavra e à construção do sentido.

Para escrever, o aluno vai se apoiar nos conhecimentos da leitura, mesmo que incipientes, por ter de associar fonemas a grafemas e estes, a esquemas motores. Portanto, a escrita se apóia na leitura. A leitura pode ser reforçada pela escrita, mas não repete os procedimentos. Considerada manifestação de segunda ordem, os estudos que à escrita se reportam levam sempre em conta a manifestação primeira que é a linguagem oral. Na ontogênese da criança, a escrita surge sempre depois do discurso oral. Toda a criança normal, após um determinado nível de desenvolvimento, tem a capacidade de escrever. Esse potencial, que depende da complementação e maturação de vários sistemas, da mesma forma que para a leitura, somente se tornará efetivo pela aprendizagem.

Aprender a escrever envolve o domínio de habilidades e discernimentos, tais como: a não-coincidência da cadeia da fala com as regras que ditam a disposição das unidades na escrita nos seus diferentes níveis, parágrafo, sentença, cláusula, palavra e, dentro da palavra, sílabas e letras; da habilidade de articular traços gráficos invariantes que compõem as letras, para as maiúsculas e minúsculas (B, R, E, D, C, b, d, p, q), para manuscrever; o domínio das regras de correspondência fonológico-grafêmica e vice-versa e ter o conhecimento das correspondências biunívocas entre determinada(s) classe(s) de som(s) e a(s) respectiva(s) letra(s), das correspondências determinadas pela posição de contexto e de outras cujos valores são imprevisíveis. Precisa conhecer os sinais diacríticos que servem para diferenciar letras, assinalar as sílabas de intensidade e os valores diferentes das vogais. Seguem, ainda, os princípios de derivação morfofonêmica, que definem a ortografia de determinados verbos e de muitos nomes (fiz, quis), e de determinações etimológicas.

Além de todos esses conhecimentos, o registro do discurso escrito deve obedecer às regras de organicidade. Assim, tornam-se importantes o domínio dos sinais gráficos que assinalam o limite ou a ligação entre as palavras, bem como os espaços em branco em início e final de linha, e o uso do hífen. E, também, o conhecimento das regras de translineação, cujo domínio se faz importante para a separação de palavras no caso de mudança de linha, o que os sistemas

computadorizados de escrita já fazem automaticamente. Por fim, temos os princípios relacionados à morfossintaxe, com âncora para a restauração dos limites da palavra e para a aplicação das convenções de pontuação, tanto em nível de sentença, como de texto, e o uso de conectivos, anafóricos e dêiticos, para a garantia da manutenção temática e da possibilidade de recuperação de referências pelo futuro leitor ausente no espaço e tempo da escrita.

A abordagem de tais conhecimentos, portanto, neste texto, visa a contribuir para uma melhor compreensão das dificuldades dos alfabetizados no aprendizado da linguagem escrita, bem como a fornecer subsídios para que a prática pedagógica possa ser conduzida com mais segurança e clareza de objetivos.

É preciso lembrar que a escrita não é simplesmente a transcodificação da fala. Ela é uma representação da fala. Ela tem usos e funções diferenciadas. E, conseqüentemente, exige competências específicas. O ato de escrever pressupõe decisões sobre o que e como escrever, por onde começar, em que direção seguir, que pontos ressaltar e como terminar, permitindo retraçamentos em maior escala.

4. A CONQUISTA DO LETRAMENTO

A busca do *alfabetizar letrando* implica necessariamente uma concepção dialógica da linguagem, considerá-la como o lugar da interação humana, como uma atividade criadora e constitutiva de conhecimento e de transformação da realidade. Para Paulo Freire (1975, 1980, 1982, 1983) ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la.

Vamos fazer uso das palavras de Freire, em entrevista a mim concedida, em sua casa, em São Paulo, no dia 14 de outubro de 1993, para falar da prática pedagógica da alfabetização que necessariamente leva ao letramento.

Disse-me Freire: "... a linguagem é uma produção social e é socialmente adquirida., portanto não pode ser ensinada de "a" a "z". Quando a criança vem para a escola, para alfabetizar-se, já tem uma competência lingüística crescente. Ela tem o comando da oralidade. Então, o que ela vai aprender são as técnicas de escrever e ler, simultaneamente à oralidade. Isso é o que a gente ensina, a gente não ensina a linguagem. A linguagem a gente apreende e aprende socialmente." Então, eu complemento: a linguagem desenvolve-se nas interações verbais e as interações verbais constituem a realidade fundamental da língua (Bakhtin, 1990: 123). Isto quer dizer que a alfabetização, na perspectiva do letramento, deve se dar a partir das interlocuções de sala de aula, e o material para as aulas serão as diferentes formas de interlocução que puderem nela acontecer, tanto orais quanto escritas. Portanto, tudo o que circular de material escrito na escola e fora dela e for do interesse e necessário aos alunos, esses constituirão o objeto de estudo, assim como as diferentes situações sociais que demandarem práticas de leitura e escrita. Por conseguinte, voltando a Freire, é preciso considerar que: "... os níveis de conhecimento e os níveis de aproximação ao mundo dos educandos têm que ser respeitados pelos educadores. Vale dizer o seguinte: que à escola deveria impor

saber o que os alunos, ao vir a ela, já sabem, apesar dela ou a despeito dela. [...] que a escola, numa postura cientificamente correta, respeite o que o aluno soube antes dela. [...] A alfabetização deve partir do universo vocabular do alfabetizando, ... do discurso de sua cotidianidade que resulta da leitura de mundo que precede a leitura da palavra.” Freire corrobora, então, a teoria interacionista de Vygotsky. Uma vez que as atividades humanas são mediadas pela linguagem, a intervenção de usuários mais proficientes, no caso da alfabetização, a do professor, auxiliará no processo de aquisição da linguagem escrita. A leitura e a escrita constituirão, assim, um modo de interação de quem está se alfabetizando consigo mesmo, com os colegas, com o professor, com os outros, um modo de dizer (Smolka, 1988: 102), uma forma de constituição de sentidos. Dessa forma, as experiências dos educandos, seus saberes e conhecimentos, suas dúvidas e perguntas, sobre a vida, o nascimento, a morte, as relações familiares e sociais, as relações de emprego, sobre o que se passa no mundo, serão momentos de enunciação, textos produzidos num movimento de intertextualidade marcado pela multiplicidade de vozes que emergem dos processos de simbolização e representação das experiências de cada um dos participantes. As crianças, os jovens e os adultos aprenderão a ler e a escrever em contextos significativos de utilização da leitura e da escrita. Aprenderão a ler e a escrever, lendo e escrevendo, lançando mão de vários esquemas: perguntando, procurando, imitando, copiando, inventando, combinando, experimentando a própria linguagem. Lendo e ouvindo o professor ler contos maravilhosos, poemas e narrações. Eles não lerão e escreverão para o professor corrigir, mas para responder a uma necessidade de uso dessa leitura e escrita. E a prática contínua os levará a experimentar e aprender as normas da convenção, da explicitação das idéias para os outros, da organização textual, do dizer pela escrita, do ser leitor, escritor, narrador, protagonista, autor, do constituir-se co-autor de sua história de vida, com se disse no início deste texto.

A pesquisa realizada por Pelandré (1998) sobre os efeitos a longo prazo do método Paulo Freire, mais especificamente sobre a experiência de alfabetização na cidade de Angicos/RN, em 1963, comprovou que é possível o aprendizado de princípios básicos de uso de sistema alfabético em curto espaço de tempo. Embora esse domínio, de imediato, não possibilite uma maior proficiência em leitura e escrita, ele opera uma grande transformação ao se considerar que as pessoas saem do analfabetismo absoluto para a condição de poder suprir as necessidades mais urgentes de domínio do letramento: escrever o próprio nome, o nome dos filhos e de pessoas próximas, escrever bilhetes e cartas, ler as contas de energia, as notificações de prestações, os letreiros de ônibus e *outdoors*, etc. A consciência da importância do aprender a ler e a escrever, dos alfabetizados de Angicos, por exemplo, além de aumentar a auto-estima, resultou no fato de que todos os seus filhos foram para a escola, muitos dos quais tendo completado o ensino médio. Portanto, o aprender a ler e a escrever tem impacto forte sobre a vida das pessoas, principalmente se forem propiciadas condições para continuar a desenvolver conhecimentos e habilidades que possibilitem o alcance de níveis mais elevados de letramento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981)
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.
- _____. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. Entrevista concedida a Nilcéa Lemos Pelandré. São Paulo, 14 out. 1993. In: PELANDRÉ, N. *Efeitos a longo prazo do método de alfabetização Paulo Freire*. Florianópolis: UFSC, 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- PELANDRÉ, N. *Efeitos a longo prazo do método de alfabetização Paulo Freire*. Florianópolis: UFSC, 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- SCLIAR-CABRAL, L. Da oralidade ao letramento: continuidades e descontinuidades. *Letras de Hoje*, v. 30, n. 2, p. 21-35, 1995a.
- SMOLKA, A. L. B. *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.